

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS – PPGAGR

Elizabete Schneider

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS
PRIMÁRIAS DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA
DAS MISSÕES – RS**

Palmeira das Missões, RS
2019

Elizabete Schneider

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS PRIMÁRIAS
DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões como requisito para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Joreci Flores

Palmeira das Missões, RS
2019

Elizabete Schneider

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS PRIMÁRIAS
DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões como requisito para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Aprovado em 28 de Agosto de 2019:

**Antônio Joreci Flores, Dr (UFSM)
Presidente/Orientador**

Elaine Ferreira, Dra (UFSM)

Maria Cristina Pansera de Araújo, Dra (UNIJUI)

Palmeira das Missões, RS
2019

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo incentivo e apoio.

Ao meu orientador Antônio Joreci Flores, pela sabedoria e conhecimento compartilhados ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos os professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios por compartilharem seus conhecimentos.

A Universidade Federal de Santa Maria – *Campus* Palmeira das Missões pela oportunidade de cursar uma pós-graduação gratuita e de qualidade.

A todos os que diretamente e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS PRIMÁRIAS DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS

AUTOR: Elizabete Schneider
ORIENTADOR: Antônio Joreci Flores

Analisar os conhecimentos dos agricultores sobre as temáticas que envolvem a responsabilidade social nas atividades produtivas primárias do agronegócio no município de Palmeira das Missões-RS. As informações foram coletadas através da aplicação de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas aos agricultores, buscando retratar a realidade por ele vivida em suas atividades produtivas, bem como o entendimento que esse profissional possui sobre responsabilidade social e quais as práticas aplicadas em sua propriedade. Foram entrevistados 86 agricultores e 10 especialistas que prestam assessoramento aos agricultores rurais do município estudado. Os resultados da pesquisa foram tabulados e as propriedades rurais enquadradas em três diferentes grupos a fim de caracterizar o seu tamanho, e assim criar uma tipologia das mesmas. E, de acordo com os dados obtidos, a característica das propriedades pode ser considerada de pequena propriedade, uma vez que o município estudado possui 76% (setenta e seis por cento) delas com até 50 hectares. Já com relação aos entrevistados quanto ao conhecimento sobre a responsabilidade social nas atividades produtivas, mesmo o tema sendo bastante amplo e englobar uma diversidade de ações e posturas, ficou evidenciado que a grande maioria não possui qualquer conhecimento, ou muito superficial. Aqueles que possuem informações, as mesmas não são conclusivas, vendo-se claramente que os entrevistados ainda não têm a dimensão dos seus compromissos com o tema e indiretamente sua responsabilidade para com a sociedade, restando assim a busca por um aprofundamento na sua compreensão.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social. Atividade Produtiva. Agronegócio.

ABSTRACT

SOCIAL RESPONSIBILITY IN PRIMARY PRODUCTIVE ACTIVITIES OF AGRIBUSINESS IN THE MUNICIPAL PALM OF MISSION - RS

AUTHOR: Elizabete Schneider
ADVISOR: Antônio Joreci Flores

To analyze the knowledge of farmers about the themes that involve social responsibility in the primary productive activities of agribusiness in the city of Palmeira das Missões-RS. The information was collected through the application of semi-structured interviews with open and closed questions to farmers, seeking to portray the reality he lived in his productive activities, as well as the understanding that this professional has about social responsibility and what practices are applied to his property. We interviewed 86 farmers and 10 specialists who provide advice to rural farmers in the municipality studied. The survey results were tabulated and the farms were divided into three different groups in order to characterize their size and thus create a typology of them. And, according to the data obtained, the characteristics of the properties can be considered small properties, since the studied municipality has 76% (seventy six percent) of them with up to 50 hectares. Regarding the interviewees regarding the knowledge about social responsibility in productive activities, even though the theme is quite broad and encompassing a diversity of actions and attitudes, it was evident that the vast majority do not have any knowledge, or very superficial. Those who have information are not conclusive, seeing clearly that respondents still do not have the size of their commitments to the topic and indirectly their responsibility to society, thus remaining the search for a deeper understanding.

Keywords: Social Responsibility. Productive Activity. Agribusiness.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Estágios de responsabilidade social nas empresas.....	21
Quadro 2 - Programas de certificações de responsabilidade social.....	25
Quadro 3 - Marcas do balanço social ao longo do tempo.....	27
Quadro 4 - Dados estruturais de um balanço social como modelo de relatório do IBASE.	30
Tabela 1 - Tamanho das propriedades Censo Agropecuário (IBGE, 2017).....	35
Tabela 2 - Conhecimento e aplicabilidade das obrigações legais da responsabilidade social.....	38
Tabela 3 - Conhecimento dos entrevistados com o balanço social ou relatório que atestem a responsabilidade social de suas atividades produtivas.....	40
Tabela 4 - Comprovação de relatório que atestem a responsabilidade social das atividades produtivas.....	40

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução de conceitos de RSE.....	23
Figura 2 - Localização do município de Palmeira das Missões, RS, Brasil.....	33
Gráfico 1 – Tamanho das propriedades pesquisadas.....	36
Gráfico 2 – Conhecimento dos entrevistados sobre responsabilidade social.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 OBJETIVOS	13
1.4.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.4.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	14
2.2 A EMPRESA RURAL	16
2.3 ATIVIDADE PRODUTIVA	17
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL	18
2.4.1 <i>Responsabilidade social corporativa – RSC</i>	19
2.4.2 <i>Responsabilidade social empresarial – RSE</i>	22
2.4.3 <i>Responsabilidade social ambiental – RSA</i>	23
2.5 INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
2.5.1 <i>Certificações de responsabilidade social</i>	25
2.5.2 <i>Balço social como ferramenta de verificação da responsabilidade social</i>	27
2.5.2.1 <i>Relatório social (balço social) e a atividade produtiva</i>	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 LOCAL DA PESQUISA	32
3.3 COLETA DE DADOS	33
3.4 ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DOS DADOS	34
4 RESULTADOS	35
4.1 PERFIL DAS PROPRIEDADES	35
4.1.1 <i>Dados levantados</i>	35
4.2 CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	37
4.2.1 <i>Entendimento dos pesquisados sobre relatório de responsabilidade social (balço social)</i>	39
4.2.2 <i>Direcionamentos e entendimentos sobre a responsabilidade social nas atividades produtivas</i>	41
5 CONCLUSÃO	43
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	50

1 INTRODUÇÃO

As atividades econômicas objetivam satisfazer necessidades de produtos ou serviços para atender as demandas da sociedade. Nas atividades primárias encontram-se os maiores desafios, pois devem atender à necessidade prioritária que é produzir alimentos em quantidade e qualidade, a cada momento devem ser aperfeiçoadas. Nesse contexto, com frequência, as atividades primárias devem ajustar seus procedimentos e normas, para se manterem no mercado competitivo.

O mercado globalizado está, cada vez mais, sendo direcionado para as ações sociais e ambientais, assim para que as empresas rurais possam se inserir de forma sólida nesse cenário, não basta somente ter produtos e serviços de qualidade com preços adequados e competitivos, há que ser diferente, especialmente nas questões da responsabilidade social e ambiental.

Os estudos apontam que a responsabilidade social ainda é um conceito novo que gradativamente vem ganhando novos adeptos no mundo empresarial; é uma nova consciência ética que as empresas estão sendo levadas a assumir, por opção ou por exigências do mercado global (AMORIM, 2009).

Algumas questões se destacam nas exigências do mercado consumidor, como a questão da gestão ambiental e da responsabilidade social. Nesse sentido, pretende-se, com este estudo, aprofundar o conhecimento, para melhor atendimento e aplicabilidade, das questões que envolvem a responsabilidade social no agronegócio, e, identificar o quanto as empresas do agronegócio possuem de conhecimento sobre a responsabilidade social, e quais são as aplicabilidades nas atividades produtivas, fazendo com que os mesmos possam adequar-se a esse novo desafio.

Contudo, informações de como elaborar um bom relatório de responsabilidade social voltado para as grandes empresas inseridas ou não no contexto do agronegócio estão sendo desenvolvidas já a algum tempo, como é o caso do Instituto IBASE (2018), que possui em seus registros mais de 360 empresas cadastradas em âmbito nacional, as quais apresentam anualmente em seus relatórios registros de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Mas, apesar de todo crescimento deste conhecimento que vem ocorrendo ultimamente, o setor que envolve as atividades rurais demonstra possuir muitas deficiências e limitações, decorrente da falta de pesquisas específicas, que possam nortear os agricultores na elaboração

de bons relatórios voltados para suas atividades primárias dentro da propriedade.

Um bom argumento para esse norteamento é o referenciado por Pinto et al (2017), em que se por um lado a globalização tornou as barreiras comerciais mais flexíveis, mas por outro lado as preocupações do consumidor com as questões ambientais se elevaram, obrigando as empresas a se adaptarem para atender a um mercado cada vez mais exigente.

Assim, o estudo sobre a responsabilidade social nas atividades produtivas do agronegócio se faz importante, pois se percebe a pouca inserção dessa temática, o setor do agronegócio do município estudado.

1.1 TEMA

As empresas rurais do município de Palmeira das Missões – RS possuem conhecimento sobre a responsabilidade social, nas atividades produtivas primárias do agronegócio.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Entender a responsabilidade social, principalmente, voltada para as atividades produtivas primárias do agronegócio, acredita-se ser primordial, onde se percebe que há uma carência de informações norteadoras, que possam dar o suporte adequado aos empresários rurais para atender mercado atual.

A exemplo da Comissão das Comunidades Europeias (2001), que considera a responsabilidade social importante para todos os tipos de empresas em todos os setores de atividade (pequenas e médias empresas até as multinacionais), esclarece ainda que as instituições financeiras estão cada vez mais recorrendo a listas de verificação de caráter social e ambiental das empresas para a concessão de empréstimos.

Com isso se pressupõe que aumentem as exigências em relação aos países com que o Brasil possua acordos de relações comerciais, uma vez que os agricultores europeus e norte-americanos, segundo a Comissão Europeia, estão adaptando-se as normas ambientais e de condições de trabalho mais rigorosas. Para Kageyama (2004), a política agrícola da União Europeia tem-se voltado cada vez mais para uma política de desenvolvimento da atividade rural, visando os valores econômicos, sociais e ecológicos.

Nessa perspectiva, Amorim (2009) destaca que desenvolver atitudes de responsabilidade social requer o cuidado as muitas exigências, que vão desde as relações entre

clientes e fornecedores, da produção com qualidade, nas contribuições para com a comunidade, na preservação do meio ambiente, na redução de ações predatórias, até a qualificação profissional dos trabalhadores.

Questão central que motivou o estudo, foi a inquietude existente no agronegócio, em relação a responsabilidade social no contexto dessas empresas, tentando identificar o nível de conhecimento sobre o tema e, principalmente, que posturas devem ser adotadas para que essa importante atividade produtiva absorva, nos seus negócios essa questão social.

Com isso, buscar bases para esse direcionamento, tende a tornar-se necessário por se tratar de um setor extremamente visado pelos órgãos ambientais com relação a preservação e utilização dos recursos naturais e pela função social que a atividade produtiva exerce.

1.3 JUSTIFICATIVA

O mercado, no contexto atual, está cada vez mais direcionado para as questões ambientais e sociais, entretanto para que as empresas rurais possam se inserir de forma sólida nesse cenário, buscar sua inserção através de ações vinculadas a responsabilidade social e ambiental quem sabe possa ser um caminho relevante a seguir.

Ocorre que muitas vezes os empresários rurais contribuem com as ações socioambientais, entretanto por falta de informações adequadas não o fazem de forma correta, e com isso muitas de suas ações deixam de ser registradas. Para tanto, manter uma adequação interna de suas ações de responsabilidade social poderá contribuir de forma proativa na sua aceitabilidade no mercado interno e externo, quando solicitados a comprovar suas ações sociais.

Nessa perspectiva, a escolha do tema tem por finalidade buscar informações sobre o quanto as empresas do agronegócio conhecem sobre as temáticas de responsabilidade social, e suas aplicabilidades nas atividades produtivas, e quais os caminhos para se adequarem a esse novo desafio.

No entanto, na certeza de estar pesquisando algo inovador para a academia, quando se pesquisa a responsabilidade social voltada para as atividades do agronegócio como forma de direcionar novas fontes de informações, destaca-se a relevância dessa pesquisa ainda mais quando se agrega ao conceito construído um gerenciamento voltado para a responsabilidade social vinculada a atividade produtiva.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar os conhecimentos e aplicabilidades das temáticas, que envolvem a responsabilidade social nas atividades produtivas do agronegócio no município de Palmeira das Missões – RS.

1.4.2 Objetivos específicos

Caracterizar as empresas rurais do município de Palmeira das Missões – RS;

Verificar o conhecimento e informações que os agricultores do agronegócio possuem sobre a responsabilidade social;

Compreender quais as informações e orientações que esse grupo de empresas e agricultores necessitam sobre responsabilidade social para que suas atividades se enquadrem nesse desafio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir a contextualização das temáticas norteadoras do presente estudo, em que foram abordados os conceitos de agronegócio; o entendimento de empresa rural e atividade produtiva; as temáticas que envolvem a responsabilidade social, a responsabilidade social corporativa, empresarial e ambiental (RSC – RSE – RSA), assim como os indicadores e as certificações voltadas para a responsabilidade social, e o entendimento de uma ferramenta de verificação dessa responsabilidade.

2.1 AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Na visão de Davis e Goldberg (1957, p. 85), o agronegócio é "a soma total das operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção nas fazendas e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e itens feitos a partir deles". Com isso, os autores fazem referência de que é necessário integrar todas as empresas envolvidas nas demandas dentro e fora da porteira, trazendo os produtos da lavoura até o consumidor final.

Zylbersztajn (1995) sintetiza que Davis e Goldberg anteciparam as direções que o mercado de *commodities* seguiriam, bem como as tendências alimentares dos consumidores, isso tudo em virtude do padrão da globalização dos sistemas agroalimentares. *Commodities* são produtos naturais, produtos agrícolas ou manufaturados e instrumentos financeiros (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007).

Contudo Jamandre (2013), Verdolin e Alves (2005), Mendes e Padilha Junior (2007) contextualizam que o agronegócio se constitui de todas as empresas que envolvem a produção de alimentos até o consumidor final, e por tratar-se de *commodities* de curta duração é alavancado pelo marketing, e exerce função indispensável no fluxo dos insumos e subprodutos dos mais diversos setores e consumidores.

Nesse sentido, interpreta-se que a essência do agronegócio se constitui em todas as indústrias que envolvem a produção de alimentos como a força motora de todas as atividades lucrativas. Entretanto, Araújo (2007) destaca que a produção agrícola brasileira vem contribuindo com as relações comerciais desde o ano de 1500, que marcou épocas de ciclos econômicos, como: pau-brasil, açúcar, café, borracha, cacau, algodão, fumo, soja, frutas e derivados, carnes, couros e calçados.

No entanto, as primeiras vertentes do agronegócio surgiram, em São Paulo, com a

Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e, no Rio Grande do Sul, com o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa/USP). O autor ainda esclarece que o conhecimento do que é o agronegócio em todos os seus segmentos, torna-se indispensável aos tomadores de decisões (ARAÚJO, 2007).

Desde então o agronegócio vem se destacando na economia brasileira, contribuindo com o Produto Interno Bruto – PIB do País e com a balança comercial brasileira, como mostra os dados do CEPEA/ESALQ (2017), onde o PIB do agronegócio correspondeu a 21,58% do PIB *per capita* brasileiro para o ano de 2017. De acordo com Barros (2016), a estimativa do crescimento do agronegócio brasileiro e sua atuação no PIB é um assunto relevante a ser analisado. Ainda complementa que mesmo tendo um crescimento lento em relação ao todo da economia, o agronegócio assumiu um papel expressivo tanto na economia interna como externa.

Nesse sentido, Serigati e Possamai (2016) acentuam que esse expressivo crescimento do agronegócio brasileiro, nos últimos anos, é em virtude do aumento da área plantada e da produtividade, que vem refletindo em aumento de produção. Entretanto, esse aumento de produtividade, relacionado ao cenário crescente da demanda internacional propiciou que o agronegócio impulsionasse a economia interna do país, elevando assim as demandas das exportações, ou seja, da saída de bens ou serviços originários ou procedentes do país.

Além disso, as exportações do agronegócio brasileiro vêm contribuindo expressivamente com as exportações totais do País. Essa participação, no mercado internacional, acontece não somente pelo aumento da área plantada, mas também pela influência de vários outros fatores, tais como tecnologias, ampliação dos investimentos agrícolas e a disponibilidade de recursos, dando o suporte necessário para sustentar o crescimento da produtividade (CEPEA/ESALQ, 2017).

Zylbersztajn (2013) classifica que as exportações de *commodities* contribuíram para o aumento da inserção brasileira, nos mercados internacionais, considerando que as condições dos mercados alvos das empresas brasileiras são bem diversificadas.

Seguindo nesse entendimento, outro elemento que contribuiu para o aumento das exportações desse setor é o forte crescimento da economia mundial, destacando os mercados emergentes como a China e Índia, que contribuíram fortemente para o aumento da demanda por alimentos (SERIGATI; POSSAMAI, 2016). Assim para os autores, essas são algumas das influências que contribuem para a expansão da demanda brasileira de *commodities* no mercado interno bem como no externo.

No entanto, Pinto et al (2017) argumentam que o setor do agronegócio é um dos mais

importantes para a economia mundial, por considerar que a forte concorrência internacional e os investimentos para consolidar a relação com esses consumidores podem tornar-se relevante na incorporação da responsabilidade social aos objetivos do negócio e assim gerar valores sustentáveis à sociedade.

Assim, para consolidar as relações entre esses mercados as empresas brasileiras devem buscar cada vez mais uma parceria entre a produção e o social.

2.2 A EMPRESA RURAL

Segundo Chiavenato (2014), as empresas têm como objetivos, o lucro, o serviço ao cliente através da oferta de bens e serviços e a responsabilidade social. O autor ainda acrescenta que a empresa precisa desempenhar simultaneamente várias demandas, que ele define em satisfazer as necessidades da comunidade, gerar riquezas, respeitar a natureza e colaborar com a comunidade em seu entorno. Nesse sentido, a empresa além de promover lucros e ofertar bens e serviços, também está inserida em um contexto de empresa responsável.

Segundo nesse entendimento, a Comissão das Comunidades Europeias (2001), define empresa responsável pelo conceito lançado pelas Nações Unidas, em que reconhece o papel das empresas na conquista de um desenvolvimento sustentável pelo fato de gerir suas operações de forma a fomentarem o crescimento econômico de forma competitiva, garantindo assim a proteção ambiental e a promoção da responsabilidade social.

Entretanto, o empresário deve estar preparado para enfrentar os mais diversos fatores que venham a influenciar o bom desempenho da empresa nesse conceito, seja ela do setor urbano ou rural. Para Chiavenato (2014) é muito relevante conhecer o contexto em que a empresa está inserida, principalmente pelos fatores ambientais e pelas suas múltiplas variáveis.

Nesse sentido, a atividade rural constitui-se como um elemento importante de ser avaliado como meio empresarial, onde o empresário rural conduz suas ações e decisões, bem como as relações com a produção e o mercado, elementos esses que o levam a manter-se sempre informado e atento as mudanças de ordem comercial ou social.

No entendimento de Kageyama (2004), os fundamentos que definem o rural foram transformando-se ao longo da história, e conseqüentemente, ganhando novas formas, onde a grande propriedade já não reina absoluta, pelo fato de que a agricultura se modernizou, e com isso a indústria vem ganhando cada vez mais espaço no meio rural. A autora ainda

contextualiza que as discussões sobre a definição de rural estão baseadas em vários pontos, entre eles pelo fato de ser multifuncional por desempenhar funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

Nesse entendimento, Chiavenato (2014) esclarece que as empresas passaram pela era da agricultura (1780), industrial (1860/1980) e da informação (1990). Entretanto, com as novas definições de desenvolvimento rural, assim como pelas demandas por novos produtos, serviços e novos mercados, que o meio rural vem cada vez mais conquistando o espaço de empresa rural.

Com isso, olhar a propriedade rural como empresa é entender que a administração não se restringe apenas a produção em si, mas de toda atividade desenvolvida antes, durante e depois da produção. No entanto, o produtor deve estar preparado para resolver as mais diversas demandas que possam influenciar na tomada de decisão e no gerenciamento da propriedade, a qual abrange três setores relevantes para a economia, o primário que envolve as atividades agropecuárias; o secundário, direcionando para a indústria de tecnologia e de transformação de matérias-primas e o terciário envolvendo a logística e comercialização da atividade produtiva.

2.3 ATIVIDADE PRODUTIVA

Atividade produtiva compreende toda a produção de bens e serviços. Segundo Flores (2002), a atividade produtiva passou por ciclos e evoluções com avanços e obstáculos. O autor ainda destaca que foi na Europa a cerca de 8500 anos que surgiram as primeiras roças, mas foi a partir da Revolução Verde, que agricultura se tornou convencional.

Nesse contexto, Zylbersztajn (2000) relata que após o período pós-guerra essa atividade produtiva deixou de ser uma produção de subsistência, para ser dependente de insumos industrializados.

Para um melhor entendimento do que demandam as atividades produtivas, Araújo (2007) caracteriza como grupos ou segmentos, e o mesmo aborda esses segmentos como sendo: “antes da porteira”, compostos basicamente pelos fornecedores de insumos e serviços, máquinas e equipamentos, defensivos e fertilizantes, caracterizados como insumos e serviços indispensáveis à produção rural; “dentro da porteira” são as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, tais como o preparo e manejo do solo, plantação, irrigação, colheita e criação; e “após a porteira” que se refere as atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização e distribuição, que são desempenhadas após o produto sair da propriedade

rural.

Já Cechin e Veiga (2010) sintetizam que a atividade produtiva transforma recursos naturais em produtos acabados, e que essa transformação produz automaticamente algum tipo de resíduo; assim também como a função de produção indica a quantidade máxima de produto que se consegue a partir de uma dada quantidade de insumos. Com isso entende-se que é um sistema que retira matéria prima do meio ambiente para alimentar os processos de produção, e após devolve os resíduos ao meio ambiente, contribuindo assim com sua degradação.

Nesse sentido a atividade produtiva absorve diretamente recursos naturais, portanto é primordial que o faça focando na responsabilidade social e nos impactos que isso representa para o meio ambiente ao seu entorno. O que implica em dizer que as garantias de proprietário estão condicionadas a função social da terra tocante ao direito de usar, gozar e dispor de seus bens, o que sintetiza na possibilidade de não haver propriedade sem função social.

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os debates sobre o tema responsabilidade tem sua origem desde as civilizações clássicas (RAMOS; SANTOS e ALMEIDA NETO, 2015). Em 1851, Titus Salt (1803-1876) fundou a Saltaire uma das empresas têxteis mais importantes dos arredores de Bradford (Inglaterra), que visando uma melhor qualidade de vida para seus funcionários concluiu até 1876 ano de sua morte mais de 800 casas para seus trabalhadores com uma área destinada a infraestrutura, deixando assim claramente a ideia fundamentada na responsabilidade social (SMITH, 2003).

O autor ainda esclarece que Salt já naquela época visava não somente o bem-estar de seus funcionários como também um melhor desempenho produtivo de sua fábrica, outro fator que o empresário considerou na época, que sua empresa estaria menos vulnerável as pressões políticas do momento (SMITH, 2003). Entretanto, Kochhann et al. (2016) relatam que os primeiros apontamentos a respeito de responsabilidade social surgiram na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa; no entanto a evolução das mobilizações sociais e ambientais tiveram seu início a partir de 1970.

Como bem sintetiza Carroll (2015), essas responsabilidades avançaram em várias frentes durante as décadas de 1960/70, com leis que passaram a ser conhecidas como regulamentações sociais, onde abordaram e formalizaram algumas responsabilidades de negócios voltados para os movimentos sociais da época. E, que os questionamentos sobre a responsabilidade social pelas partes interessadas com relação as empresas e sociedade,

tenham se popularizado, nos anos 70, ainda continuam fortes nos dias de hoje, (CARROLL, 2015).

Nesse sentido, o termo responsabilidade social é interpretado de várias formas, sendo para alguns autores uma obrigação para outros um comportamento responsável, tornando-se um meio de competição simultâneo pelas suas diversas possibilidades de ser inserida em diversos domínios organizacionais (KOCHHANN et al., 2016 e FARIA, 2018). Assim, as novas preocupações em torno da responsabilidade social, ocasionadas pelas cobranças dos consumidores e investidores, resultaram em pressões em torno das empresas pelos danos causados ao meio ambiente pelas suas atividades econômicas.

Entretanto, o Instituto Ethos (2007) descreve que a Responsabilidade Social é demonstrada pelas definições de Responsabilidade Social Corporativa – RSC, sendo conceitualmente aplicada as empresas no geral, no entanto sua maior aplicabilidade é nas de grande porte; Responsabilidade Social Empresarial – RSE, definida pelas questões voltadas aos stakeholders (grupos que podem ser afetados pelas empresas); e, Responsabilidade Social Ambiental – RSA, considerada a mais abrangente por ilustrar não somente os compromissos da empresa em prol dos valores humanos, como também voltada para as questões do meio ambiente.

No entanto, agir com responsabilidade social é quando a empresa faz a opção voluntária de contribuir para uma sociedade mais justa e com a preservação do meio ambiente, no entanto esse processo deve seguir uma continuidade em todos os seus segmentos.

Contudo, esse entendimento demonstra que a empresa por si só não objetiva somente o lucro, mas também contribui com atitudes, que trazem benefícios a nível interno, uma delas é em relação aos trabalhadores, seguido dos demais segmentos afetados pela empresa, que por sua vez influenciam os resultados, e de nível externo que são as consequências de suas atividades sobre o meio ambiente e a sociedade.

2.4.1 Responsabilidade social corporativa – RSC

As temáticas envolvendo a responsabilidade social corporativa ganharam destaque e relevância, no final do século XX. Nesta perspectiva, Lázaro e Gremaud (2016) destacam que em virtude de várias demandas tais como os acordos internacionais, a globalização da economia e a tecnologia, que ao envolverem as dinâmicas administrativas das grandes empresas sinalizaram mudanças futuras em prol da responsabilidade social. Para Carroll

(2015), a Responsabilidade Social é um conceito global que progrediu da relação entre pensamento e prática, que cresceu em relevância e estatura após a segunda guerra mundial.

No entanto, o termo responsabilidade social corporativa já vinha sendo difundido desde meados do século XIX, pois segundo Smith (2003), na Grã-Bretanha, já havia líderes que vislumbravam melhorias no modo de vida de seus trabalhadores e suas famílias, os quais disponibilizavam habitação e outras comodidades. O autor destaca como exemplo desse comportamento a “Bourneville fundada em 1879 por George Cadbury e a Port Sunlight fundada, em 1888, por William Lever”. Para Ramos, Santos e Almeida Neto (2015), o conceito de responsabilidade social começa a ser construído após 1950, a partir da relação empresa e sociedade, para uma visão ampliada, integradora e complexa.

De acordo com o Instituto Ibase (2008), foi somente a partir das décadas de 1960/70 que nos Estados Unidos da América e nos países Europeus, mais precisamente na França, Alemanha e Inglaterra, que a comunidade local começou uma cobrança por maior responsabilidade social por parte das empresas, e devido a essas pressões surgiu a necessidade de divulgação de relatórios sociais com periodicidade anual, a fim de divulgar para a sociedade as demandas em prol do social.

No Brasil, ainda segundo o Ibase (2008), a idéia de responsabilidade social corporativa começou a ser difundida pela criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE Brasil) em meados dos anos 60. No entanto as manifestações a favor das ações sociais por parte das empresas vêm ocorrendo desde o início do século XX, que ao fim da década de 1970, percebeu-se através das discussões sobre ação social das empresas a necessidade da criação de um indicador de responsabilidade social. Assim surgiu a utilização do balanço social com uma proposta de divulgar o que as empresas vinham promovendo em prol do tema responsabilidade social empresarial. Desta forma, na década de 1980 a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) elaborou um modelo, mas só a partir do início da década de 1990 que algumas empresas passaram a divulgar suas ações sociais em prol da comunidade e do meio ambiente em relatórios e balanço social.

No entanto, os estudos têm demonstrado que com o passar dos tempos, as questões envolvendo a Responsabilidade Social Corporativa apontam que as demandas enfrentadas pelos gerentes contemporâneos são de diferentes segmentos e estão relacionadas à qualidade do meio ambiente, direitos relacionados aos funcionários e a comunidade entre outros (HUSTED, 2003).

Contudo Karkotli (2002) observa que a responsabilidade social corporativa não se reduz apenas à racionalidade instrumental, mas requer a necessidade de discutir um novo

conceito de empresa, que incorpore novos valores nas relações sociais, econômicas e políticas. Já Karkotli, Ferreira e Souza (2005), acrescentam ainda a valorização do potencial humano, o equilíbrio ecológico e a justiça social, e sintetizam que administrar com essa nova agenda tem representado um desafio para os administradores.

Verdolin e Alves (2005) destacam que o estágio inicial da responsabilidade social corporativa compreende a gestão interna, onde o foco é o capital humano e os recursos naturais utilizados na exploração do processo de produção, a partir da implantação dessas ações de caráter interno a empresa passará a realizar ações de responsabilidade social que compreende a atividade empresarial, os fornecedores, os consumidores e o meio ambiente, entre outros. Os autores ainda destacam que agir com responsabilidade social é ter uma visão ampla do negócio, buscando a eficiência, sobrevivência, longevidade e fortalecimento da posição da empresa no mercado. Seguindo nesse entendimento a Comissão das Comunidades Europeias (2001) reforça que a empresa que desempenhar bons resultados em termos sociais e ecológicos, conseqüentemente resultará num bom desempenho e crescimento, com capacidade de gerar maiores lucros.

Assim, Tachizawa (2002) destaca que a responsabilidade social vem transformando-se num padrão de referência para as empresas brasileiras, e essa transformação se dá por meio de estágios que segundo o autor ocorrem desde a fase inicial até a mais desenvolvida (Quadro 1).

Quadro 1 – Estágios de responsabilidade social nas empresas

Estágio	Descrição
Estágio 1	A empresa não assume responsabilidades social perante seus colaboradores e a sociedade.
Estágio 2	Há um entendimento por parte da empresa em relação aos impactos causados ao meio ambiente, e com isso ocorrem algumas ações isoladas com o intuito de minimizar os danos causados.
Estágio 3	A empresa inicia a sistematização do projeto que irá avaliar os impactos causados pelos seus produtos ao meio ambiente e a sociedade, com isso ocorre o envolvimento dos seus colaboradores em prol do desenvolvimento.
Estágio 4	Nesse estágio percebe-se que o processo de avaliação dos impactos encontra-se em fase de sistematização, e ocorre o envolvimento por parte da empresa e colaboradores em prol da responsabilidade social.
Estágio 5	O estágio 5 considera-se o mais avançado, pois o processo de avaliação e minimização dos impactos ambientais já se encontra sistematizado, e a empresa gerencia as demandas de interesse da cidadania e de responsabilidade social.

Fonte: Tachizawa (2002)

Nesse entendimento, Albuquerque e Oliveira (2009) sintetizam que as mudanças de atuações são gradativas, e que em uma mesma empresa se encontram atitudes conservadoras, indiferentes e renovadores em relação à responsabilidade social. Nesse contexto, ainda para muitas empresas, trata-se de uma atividade que requer uma avaliação de longo prazo (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001).

Assim, percebe-se que essas mudanças estão abrangendo um número cada vez maior de empresas, que por sua vez estão buscando minimizar os impactos negativos junto ao meio ambiente através de uma administração mais transparente em benefício da responsabilidade social.

Outro fator a ser considerado em relação a responsabilidade social corporativa é que a sociedade tende a ampliar sua consciência em prol dos impactos que as atividades das grandes empresas acarretam em seu entorno.

2.4.2 Responsabilidade social empresarial – RSE

Para Rico (2004), nas últimas duas décadas, o interesse e os investimentos dos empresários brasileiros na área social vêm aumentando, bem como a discussão de temas que envolvem o gerenciamento social, e a implementação de projetos comunitários. A autora ainda acrescenta que a ética e a transparência na gestão dos negócios são dois fatores essenciais, que definem na prática das ações de responsabilidade social empresarial.

No entanto, tal postura vem sendo oportunizada pelas ações organizacionais pautadas em valores éticos, em que para Carroll (2015), a ética auxilia no entendimento das ações socialmente responsáveis das empresas modernas, que se esforçam para serem sustentáveis em um mercado competitivo, dinâmico e global. Ainda, segundo a autora, muito embora as preocupações com a ética nos negócios existam há séculos, a mesma tornou-se uma estrutura popular a partir dos anos 80 e seguintes.

Entretanto, na visão de Borges (2013), a responsabilidade social vem evoluindo consideravelmente tanto na forma de gerenciamento das empresas como na capacidade de criar valores éticos para os clientes, acionistas e outras partes interessadas, que na maioria das vezes são direcionadas pelas forças da globalização. A autora demonstra essa evolução conceitual na Figura 1:

Figura 1 - Evolução de conceitos de RSE



Fonte: Elaborado por Borges (2013)

No entanto na compreensão do Instituto Ethos (2007), a responsabilidade social empresarial é definida pela relação social que a empresa estabelece com todos os seus públicos (stakeholders) no curto e no longo prazo.

Ainda nesse entendimento, o Instituto esclarece que a empresa ao adotar uma postura ética e social, automaticamente é beneficiada com o acesso aos mercados e aos capitais, e com a valorização de sua imagem institucional e da marca junto ao consumidor. Outro fator a ser considerado é que as empresas são agentes influenciadores do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico.

2.4.3 Responsabilidade social ambiental – RSA

A responsabilidade social ambiental encontra-se inserida nos procedimentos de preservação do meio ambiente. Neste sentido uma empresa responsável no contexto social deve estar pautada nas ações políticas da área ambiental, objetivando questões voltadas para a socioambiental, bem como abrangendo vários outros aspectos em prol do social, ambiental e cultural, de uma forma interligada.

2.5 INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Veiga (2010) destaca que somente em meados dos anos 1980 de fato começaram a surgir os primeiros índices socioeconômico. Entretanto, apesar dos esforços de alguns estudiosos da época, não chegou a gerar um indicador que pudesse medir efetivamente a

responsabilidade social, subentendendo-se que os estudos ocorreram de forma fragmentada, e isso acarretou compreensões divergentes entre os pesquisadores. O autor ainda esclarece que é necessário medir as várias pressões humanas sobre os ecossistemas a fim de compará-las a sua capacidade de suporte.

Os relatórios de responsabilidade social evoluíram com o passar dos anos, como bem destacam Kühnen e Hahn (2013); na década de 1970 nos países ocidentais, os relatórios financeiros eram complementados com dados voltados ao social; na década de 1980, com as questões ambientais; e, no final da década de 1990, os relatórios começaram a considerar cada vez mais a dimensão social e ambiental.

Como bem sintetizam Diniz e Bermann (2012), a definição mais clássica de desenvolvimento sustentável está expressa no Relatório Brundtland criado em 1987. Foi definido como um processo de transformação entre a exploração dos recursos, a administração dos investimentos e desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, que se harmonizam com o presente e o futuro com a finalidade de atender as necessidades humanas (IPIRANGA; GODOY e BRUNSTEIN, 2011).

Callado e Fensterseifer (2009) consideraram que determinar indicadores para o desenvolvimento sustentável é de suma importância para os direcionadores de atividades empresariais e norteadores para a sociedade, e toda a iniciativa em prol da responsabilidade social deve ser associada a um indicador de desempenho específico.

Os autores ainda destacam que a Agenda 21 é considerado um documento abrangente no sentido de orientar para um novo padrão de desenvolvimento social do século XXI, por ser um plano de ação a ser adotado pelas Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade, tanto no âmbito global, nacional e local.

A Agenda 21 compreende um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global (BRASIL, 2002).

Segundo Karkotli (2004), os indicadores de responsabilidade social são instrumentos que a empresa pode utilizar para direcionar e avaliar o retorno das suas estratégias. Já para Tachizawa (2002) esses indicadores servem para avaliar as organizações em seus processos de interação com o ambiente externo, uma vez que esses indicadores podem ser denominados de indicadores globais que visam a avaliar o desempenho de toda a empresa, desde que sejam definidos indicadores individuais, um para avaliar a gestão ambiental e outro para avaliar a responsabilidade social.

Assim também a avaliação das estratégias e práticas empresariais para a competitividade e lucratividade será necessário através dos indicadores, afim de identificar as necessidades e apontar deficiências das iniciativas de responsabilidade social (KARKOTLI, 2004).

Nesse sentido, as informações dos relatórios sociais, como o Global Reporting Initiative (GRI), Callado e Fensterseifer, (2009) e o relatório *Report vy the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Stiglitz-Sen-Fitoussi*, (2009) contribuem de forma proativa para o desempenho das avaliações das empresas, uma vez que são utilizadas voluntariamente como forma de orientação.

2.5.1 Certificações de responsabilidade social

No Brasil, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, desenvolveu o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social de acordo com a NBR 16001, assim como a NBR 16001(ABNT, 2004) – Responsabilidade Social – Sistema da gestão – Requisitos, sendo uma norma de sistema de gestão, passível de auditoria, estruturada em requisitos verificáveis (ABNT, 2012).

Segundo Tachizawa (2002), esses programas ocorrem pelo resultado de tendências projetadas entre empresas e o perfil dos consumidores, onde que tendem a considerar não somente o preço e qualidade dos produtos, mas também o comportamento social das empresas (Quadro 2).

Quadro 2 – Programas de certificações de responsabilidade social

(continua)

Programas	País	Objetivos
Blau Engel	Alemanha	Rótulo ambiental Anjo Azul da Alemanha/1977, conferido pelo baixo nível de contaminação, sendo de responsabilidade do Ministério de Meio Ambiente.
Environmental Choice Program - ECP	Canadá	Programa de escolha ambiental do Canadá, criado em 1988, como amparo a lei de proteção ambiental.
EcoMark	Japão	Programa de Promoção de Produtos Ecologicamente Saudáveis, criado em 1989.
NordicSwan	Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia	Criado em 1989, baseia-se no símbolo do Conselho Nórdico e contém a expressão rótulo ambiental com a descrição do atributo ambiental.

Quadro 2 – Programas de certificações de responsabilidade social

(conclusão)

Environmental Choice	Nova Zelândia	O programa de rotulagem ambiental da Nova Zelândia foi criado em 1990, com os princípios básicos de redução no consumo de energia, subprodutos, e promover a reciclagem e o reuso.
ABNT – Qualidade Ambiental	Brasil	Selo verde brasileiro, estabelecido em 1990, proposto pela ABNT ao Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, com o objetivo de estabelecer uma certificação ambiental aplicado a categorias pré-selecionadas.
EcoMark Program	Índia	Programa criado em 1991, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais na produção, e conscientizar os consumidores sobre as questões ambientais.
Environment	França	Princípios básicos do programa criado em 1991: obtenção do selo a partir do cumprimento dos critérios relevantes e o acesso a informações aos consumidores finais.
Umweltzeichen	Áustria	Selo ambiental Austríaco criado em 1991, em virtude do interesse dos consumidores e falta de regulamentação dos fabricantes.
Eco Label	União Européia	O rótulo ecológico originou-se em 1987 com aprovação em 1992, com o objetivo de promover o desempenho, produção, comercialização e consumo de produtos reduzindo os efeitos ambientais durante todo seu ciclo de vida.
Stichting Milieukeur	Países Baixos	Programa lançado em 1992, com o objetivo de responder às necessidades específicas do mercado holandês.
GreenLabel	Cingapura	Objetivo do programa GreenLabel criado em 1992: oferecer informações aos consumidores, bem como assegurar a compatibilidade a rotulagem implementadas em países industrializados.
Eco Label	Coréia	Rótulo ecológico criado em 1992, com o princípio de minimizar os resíduos, a redução da poluição e o consumo de energia.
GreenMark	Taiwan	Criado em 1992, com o objetivo de promover a reciclagem e redução da poluição.
Environmentally Friendly	Croácia	Programa Ambientalmente amigável/ criado em 1993, com o objetivo de melhorar a qualidade dos bens produzidos facilitar o acesso junto aos países da União Européia.
Environment Friendly Product	República Tcheca	Criado em 1993, com o objetivo de que as empresas cumpram as normas de saúde, segurança e higiene.

Fonte: Tachizawa (2002)

Com isso, os programas de certificações contribuem com esclarecimentos, para que as empresas possam elaborar de forma precisa seus relatórios voltados a responsabilidade social, e dessa forma levar até seus investidores e consumidores informações relevantes de que a mesma se preocupa com o futuro do meio ambiente.

2.5.2 Balanço social como ferramenta de verificação da responsabilidade social

O Balanço Social é um instrumento, em que a empresa torna públicas as ações sociais que empreende com os seus diversos parceiros: empregados, comunidade, meio ambiente, através de um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação do desempenho financeiro de sua atuação em benefício da sociedade (KARKOTLI, 2002).

Nesse entendimento, Tinoco (2002) reforça que o balanço social pode ser entendido como um instrumento de gestão para evidenciar a transparência econômica e social das empresas, com a finalidade de descrever a realidade econômica e social. Entretanto Karkotli (2004), ainda, define o balanço social como instrumento que objetiva a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

Lagioia e Lira (2009) identificam que o balanço social é proveniente de exigências da sociedade junto as empresas, na busca de maior transparência de suas atividades e relações com a responsabilidade social.

O Quadro 3 apresenta uma síntese da evolução do balanço social, assim como traz informações que possam vir a servir de base para os relatórios relacionados com as ações sociais e ambientais.

Quadro 3 – Marcas do balanço social ao longo do tempo

(continua)

Ano	Fonte	Acontecimentos
1899	Karkotli; Aragão (2005)	Na França – princípios da caridade e da custódia às grandes empresas.
1919	Karkotli; Aragão (2005) Instituto Ethos (2007)	Henry Ford – reverteu parte dos lucros da capacidade produtiva em prol dos empregados e constituiu o fundo de reserva. Na Alemanha – a Constituição de Weimar cria a idéia de função social da propriedade.
1945	Rev. Eletrônica Respons. Social	Criação da ONG <i>International Standart Organization</i> (ISO).

Quadro 3 – Marcas do balanço social ao longo do tempo

(continua)

1953	Karkotli; Aragão (2005)	Nos EUA, primeiro caso de filantropia corporativa, através de uma doação de recursos para a Universidade de Princeton.
1955	Karkotli; Aragão (2005)	Surgimento dos conceitos e métodos de controle da qualidade, após os estudos de Deming, Juran e Ishikawa.
1960	Instituto Ethos (2007)	Nos EUA, após a Guerra do Vietnã, o movimento pela Responsabilidade Social.
1961	Tinoco (2001)	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) em São Paulo.
1965	Instituto Ethos (2007)	A ADCE lança no Brasil a sua Carta de Princípios.
1972	Medeiros; Reis (2007)	A publicação do primeiro balanço social pela SINGER – <i>Industrie et Commerce</i> .
1974	Instituto Ethos (2007)	Estudos de modelos de balanço social EUA, Europa e América Latina.
1975	Medeiros; Reis	Decreto-lei 76.900 cria a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): primeiro relatório de recursos humanos e sociais.
1976	Instituto Ethos	Começam os estudos de Responsabilidade Social pela ADCE.
1977	Instituto Ethos (2007)	Na França, a Lei 77.769/77 estabelece a publicação do <i>bilan social</i> (balanço social) relacionado ao trabalho.
1978	Instituto Ethos (2007)	Apresentação de proposta de balanço social pelo IDE – Instituto de Desenvolvimento Empresarial, e posterior (FIDES).
1980	FIDES (2008)	Lançamento do livro balanço social na América Latina pela IDE.
1981	Instituto Ethos (2007)	Fundação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).
1984	Instituto Ethos (2007)	É elaborado o primeiro balanço social do Brasil pela Nitrofértil.
1985	Instituto Ethos (2007)	Em Portugal, empresas com mais de 100 funcionários precisa elaborar o balanço social segundo a Lei 141/85.
1986	FIDES (2008) Instituto Ethos (2007)	Instituída a Fundação do Desenvolvimento Empresarial e Social, com a finalidade de integrar a empresa junto a sociedade. Criação do grupo internacional da Europa, EUA e Japão entre 1986 e 1994, denominado de <i>The Caux Round Table</i> .
1990	Instituto Ethos (2007)	Nos EUA o Domini 400 <i>Social Index</i> barra empresas envolvidas com tabaco, álcool e geração de energia nuclear.
1992	Instituto Ethos (2007)	II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, e a norma ISO14000.
1996	Instituto Ethos (2007)	Fundação do <i>Institute of social and Ethical Accountability</i> (Isea) sediada em Londres, para estimular práticas de responsabilidade social.
1997	Instituto Ethos (2007)	Ano da fundação da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), e a <i>Social Accountability International</i> (SAI) cria a SA8000.
1998	Instituto Ethos (2007)	Ano da fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Quadro 3 – Marcas do balanço social ao longo do tempo

(conclusão)

1999	Instituto Ethos (2007)	Conferência Nacional do Instituto Ethos, e o Isea lança a norma AA1000 <i>Assurance Standard</i> . Ainda nesse ano na Holanda por meio de lei é determinado que empresas que representam riscos ambientais devam publicar relatório social. A Câmara Municipal de São Paulo lança o selo Empresa Cidadã. É criado nos EUA o <i>Dow Jones Sustainability Index (DSJI)</i> – Índice de Sustentabilidade.
2000	Instituto Ethos (2007)	ONU promove o <i>Global Compact (Pacto Global)</i> . E é lançado a primeira versão dos indicadores Ethos de RSE.
2001	Instituto Ethos (2007)	Lançamento do Guia de Elaboração do Relatório Anual de RSE do Instituto Ethos.
2002	Instituto Ethos (2007)	Na França uma lei determina que empresas cotadas em bolsa de valores incluam suas consequências sociais e ambientais nos relatórios anuais.
2003	Instituto Ethos (2007)	Isea lança a AA1000 Séries incluindo a AA1000 <i>Assurance Standard</i> , a FGV cria o Centro de Estudos em Sustentabilidade.
2004	Instituto Ethos (2007)	É lançada no Brasil a GRI. E o <i>International Organization for Standardization (ISO)</i> cria a norma ISO26000 e a ABNT cria a ABNT NBR16001.
2005	Instituto Ethos (2007)	É lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Fonte: Lagioia e Lira (2009)

O Instituto Ethos (2007) destaca que ao elaborar o balanço social é necessário a empresa considerar a reflexão que se faz sobre sua forma de conduzir os negócios, bem como os impactos de seus esforços em incorporar questões socioambientais, que devem estar alinhados aos objetivos estratégicos, com os relatórios sociais que adquiram a consistência e credibilidade de que gozam os relatórios financeiros.

Quanto a estrutura do balanço social, o Global Reporting Initiative – GRI fornece orientações sobre como as empresas podem divulgar seu desempenho em relação à responsabilidade social, seguindo as diretrizes norteadoras do relatório GRI tais como, os protocolos de indicadores que fornecem orientações, ou suplementos setoriais, que definem o uso das diretrizes aplicado a qualquer tipo de empresa independente de seu porte (ETHOS, 2007).

2.5.2.1 Relatório social (balanço social) e a atividade produtiva

Uma das contribuições do balanço social, como ferramenta que registra as ações

sociais que as empresas ou agricultores rurais exercem na atividade produtiva, ocorre pela influência internacional nas atividades comerciais, através de suas políticas internas, que exigem das empresas brasileiras a conformidade com as questões ambientais e sociais. Muitas dessas influências vem ocorrendo, segundo Ribeiro e Veiga (2011), pela preocupação com a preservação dos recursos naturais e do aumento do aquecimento global.

Araújo (2007) destaca que, antes de elencar essas influências se deve primeiramente, elucidar as questões internas que norteiam a atividade produtiva, destacando que a compreensão de todos os seus elementos é um instrumento indispensável aos tomadores de decisão, sejam autoridades públicas ou agentes econômicos privados, para que desenvolvam políticas e técnicas com maior previsão e eficiência.

Diante disso, as influências desses mercados nas atividades produtivas atuam como motivadores da responsabilidade social, determinando novos padrões de gerenciamento para com as empresas brasileiras e ao mesmo tempo demanda uma mudança de atitude diante do consumidor (VERDOLIN; ALVES, 2005). Essas preocupações tendem a ser demonstradas no balanço social, por trazer em sua composição 43 indicadores quantitativos e 08 indicadores qualitativos organizados em sete categorias, como é o caso do modelo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2008), (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Dados estruturais de um balanço social como modelo de relatório do IBASE

(continua)

Categorias	Características
1. Base de cálculo	São as três informações financeiras: Receita Líquida (RL) - Resultado Operacional (RO) - Folha de Pagamento Bruta (FPB). Servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos.
2. Indicadores sociais internos	Constituem todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, entre outros).
3. Indicadores sociais externos	Investimentos voluntários da empresa, em prol da sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos entre outros).
4. Indicadores ambientais	São os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental.

Quadro 4 – Dados estruturais de um balanço social como modelo de relatório do IBASE

(conclusão)

5. Indicadores do corpo funcional	Identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público quanto aos postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários, faixa etária e pessoas com deficiência.
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	O termo – “cidadania empresarial” – refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos sobre a participação interna e a distribuição dos benefícios. Nesta parte do balanço algumas diretrizes e processos desenvolvidos na empresa, estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.
7. Outras informações	Este espaço é reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais. As empresas que solicitam o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” devem apresentar suas declarações de não-utilização de mão-de-obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; seu não-envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; seu não-envolvimento com corrupção; e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade.

Fonte: Adaptado pelo IBASE (2008)

Nesse sentido, o balanço social é uma referência de relatório, em que as empresas possam demonstrar suas atividades de responsabilidade social, que visa comprovar os procedimentos das empresas privadas, objetivando divulgar suas ações econômicas e sociais através de seus resultados quantitativos e qualitativos com a responsabilidade social.

Assim, ao fazer o relatório, a empresa propõe dialogar com os diversos públicos envolvidos na atividade produtiva, mostrando as ações adotadas em benefício do público interno e externo.

3 METODOLOGIA

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para atender aos objetivos propostos no presente estudo, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico para entender o que é responsabilidade social e qual a possibilidade de ser aplicada nas empresas rurais, seguida de uma pesquisa de campo junto aos agricultores.

Esse procedimento visou apurar o quanto esses agentes conhecem sobre a responsabilidade social, e se há diferenciação desse conhecimento entre o tamanho das propriedades, e, em havendo esse conhecimento como é direcionado as ações a favor da responsabilidade social.

O trabalho teve como base a pesquisa descritiva, que segundo Gil (2010) é a descrição das características de determinada população, com a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, e, a análise qualitativa e quantitativa de acordo com Flores (2002), a qualitativa refere-se à opinião dos agricultores, e a quantitativa refere-se à análise e interpretação dos dados.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada entre os meses de março a maio de 2019 no município de Palmeira das Missões/RS, com área total de 1.419,430 km², (IBGE, 2017). (ver Figura 2).

Foram entrevistados 86 agricultores, dentre eles 28 possuem até 50 hectares; 15 até 100 hectares; 31 até 400 hectares e 12 acima de 400 hectares, também foi entrevistado 10 especialistas que prestam assessoramento aos agricultores rurais do município.

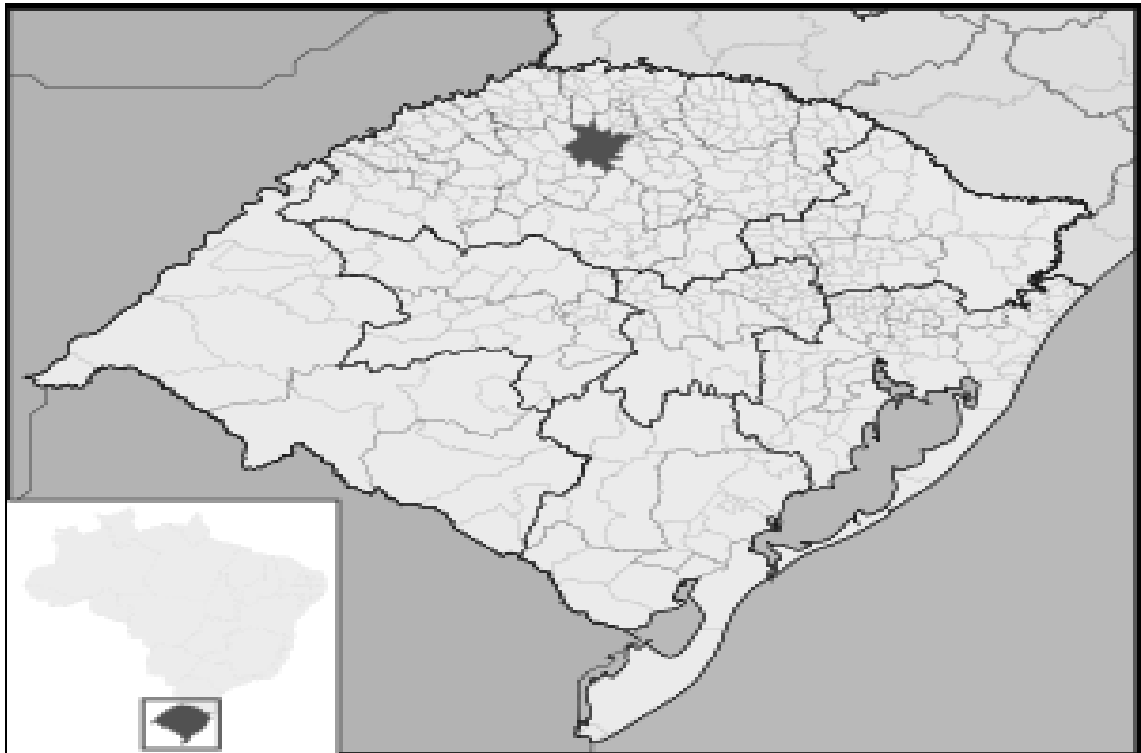
A quantidade de entrevistados na presente pesquisa considera-se satisfatória, porque ao realizar o levantamento de agricultores rurais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2018), e o Censo Agropecuário elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), apurou-se que o município estudado possui cerca de 1.156 estabelecimentos rurais.

As informações foram coletadas através da aplicação de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas aos agricultores, afim de obter um diálogo mais aberto com o entrevistado buscando assim retratar fielmente a realidade por ele vivida em sua atividade produtiva, com o objetivo de buscar o real entendimento que esse profissional possui sobre a

responsabilidade social e quais as práticas aplicadas em sua propriedade.

Os dados obtidos através da pesquisa foram tabulados no Excel e analisados qualitativamente por meio de estatística descritiva.

Figura 2 - Localização do município de Palmeira das Missões, RS, Brasil



Fonte: FEE Dados, 2018, adaptado pela autora.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através da aplicação de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas aos empresários rurais, a fim de obter um diálogo mais aberto com o entrevistado, buscando assim retratar fielmente a realidade por ele vivida em sua atividade produtiva, visando o real entendimento que esse empresário possui sobre a responsabilidade social e quais suas práticas aplicadas em sua propriedade. (ver Apêndice 1)

3.4 ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DOS DADOS

O resultado da pesquisa foi tabulado e as propriedades rurais enquadradas em três diferentes grupos afim de caracterizar o tamanho das mesmas e, assim criar uma tipologia das mesmas.

Definir estes grupos foi determinante a partir do momento que os entrevistados começaram a apresentar características similares de conhecimento sobre a responsabilidade social.

Assim como para auxiliar na caracterização do conhecimento que os entrevistados possuem sobre o tema e a atividade produtiva que exercem também foi verificado o grau de dependência desse agricultor em relação aos serviços de assessoramento prestados pelos especialistas, sejam eles na área técnica ou financeira.

4 RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos através de pesquisa junto aos agricultores do município estudado. Descreve-se o quanto de conhecimento esse grupo possui sobre a responsabilidade social nas práticas da atividade produtiva; o entendimento sobre a elaboração de relatórios que atestem essas demandas; assim como, a compreensão das informações e orientações que os agricultores devam seguir para que possam enquadrar suas atividades produtivas na responsabilidade social.

4.1 PERFIL DAS PROPRIEDADES

4.1.1 Dados levantados

Analisando os dados apurados na presente pesquisa, restou demonstrado que a maior parte das propriedades podem ser consideradas como pequena e média propriedade, conforme demonstrado na Tabela 1 e no Gráfico 1.

Tabela 1 – Tamanho das propriedades Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

Quantitativo de produtores		1.156
Quantitativo de hectares no município		116.740,89
Número de produtores rurais	Quantidade de hectares por produtor	Total de hectares
36	Até 01 hec	15,73
497	Entre 01 e 10 hec	2.067,60
356	Entre 10 e 50 hec	7.501,11
88	Entre 50 e 100 hec	6.393,20
120	Entre 100 e 500 hec	26.868,07
59	Acima de 500 hec	73.895,18

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017)

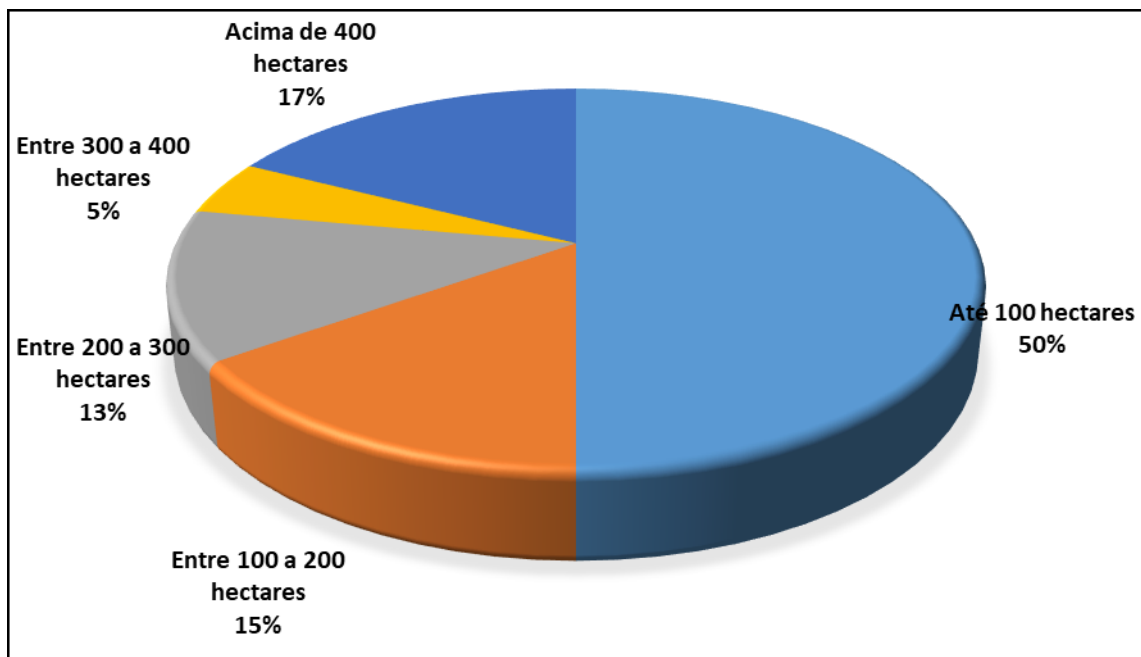
Ao analisar os dados levantados pelo Censo Agropecuário, IBGE (2017) do município de Palmeira das Missões/RS, em termos de área há verifica-se que a predominância é de pequenas e médias propriedades com áreas até 100 hectares, visto que das 1.156 propriedades, 977 possuem de 01 a 100 hectares (ver Tabela 1).

Segundo Mantelli (2006), na região Noroeste do Rio Grande do Sul, as propriedades em termos de área podem ser enquadradas como pequenas propriedades com área inferior a

50 hectares, como médias propriedades as que abrangem entre 50 e 100 hectares e com grandes propriedades as que abrangem área superior a 100 hectares.

Assim como, os dados das propriedades pesquisadas, demonstra que mais de 50% (cinquenta por cento) das propriedades rurais é composta por pequenos e médios agricultores, que vão de 01 até 100 hectares, e 17% (dezessete por cento) das propriedades rurais pertencem a agricultores com área de 400 ou mais hectares (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Tamanho das propriedades pesquisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Com isso o grupo entrevistado serve de base para uma generalização, mesmo que os quantitativos acima abrangem propriedades de diferentes tamanhos. As respostas levantadas sobre o quanto de conhecimento os entrevistados possuem sobre responsabilidade social voltada para as atividades produtivas primárias, foram analisadas de forma a tentar entender o quanto os mesmos possuem de entendimento e consciência.

A pesquisa também demonstrou que a atividade produtiva de maior geração de renda é o plantio de feijão soja, intercalados com trigo e milho, essa atividade predomina em mais de 80% das propriedades. Assim, como também a mais de 90% das propriedades dividem os trabalhos entre a família e mão de obra contratada.

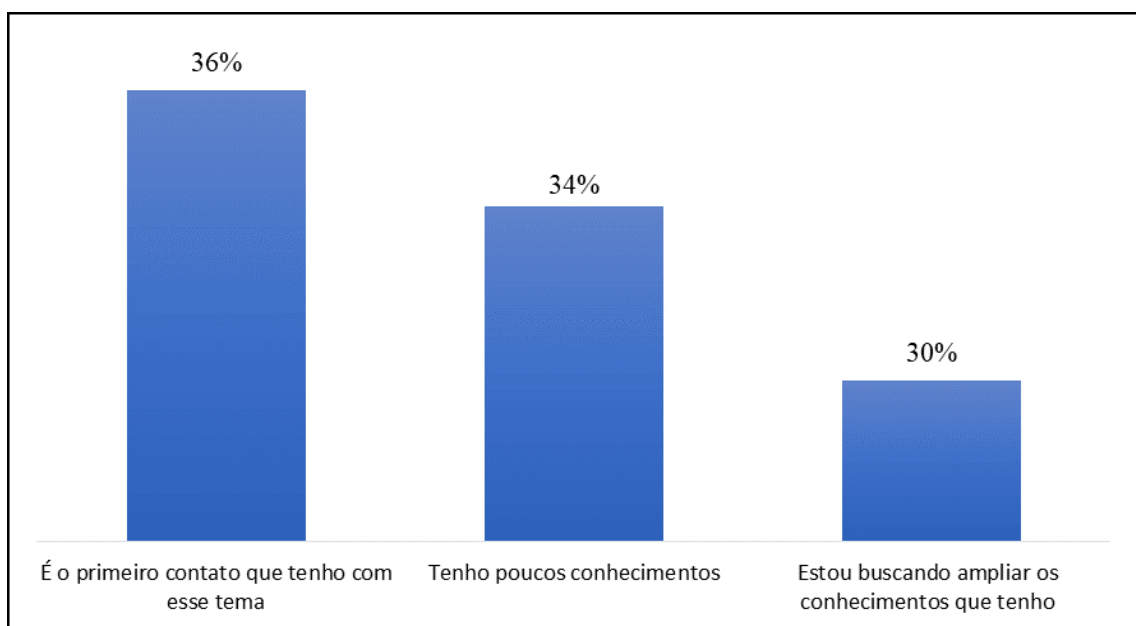
4.2 CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Já com relação aos entrevistados quanto ao conhecimento da responsabilidade social, mesmo o tema sendo bastante amplo e englobar uma diversidade de ações e posturas, ficou evidenciado que a grande maioria não possui qualquer conhecimento, ou muito superficial. Poucos possuem algumas informações, que não são conclusivas, o que exige por aprofundamento na sua compreensão.

Contudo, esse quantitativo demonstra que os entrevistados não perceberam que conhecer as ações, que envolvem a responsabilidade social das empresas do agronegócio é relevante, pelo destaque em suas atividades, e isso ocorre pela certificação e valor agregado ao produto final. Estas ações oportunizam esse seguimento ampliar suas vendas junto ao comércio internacional, um diferencial competitivo, que no entendimento de Verdolin e Alves (2005), o destaque também vem pela influência dos mercados internacionais nessas atividades produtivas.

Em termos gerais os dados também mostraram que entre os agricultores entrevistados 70% (setenta por cento) deles possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema, evidenciando-se um desconhecimento sobre a responsabilidade social nas atividades produtivas por eles exercida (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Conhecimento dos entrevistados sobre responsabilidade social



Assim, considerando o fato de o tema ser novo para a maioria dos entrevistados, isso pode ser entendido como a razão pela qual os respondentes possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre as obrigações legais pertinentes a responsabilidade social (Tabela 2), em que 35% (trinta e cinco por cento) não tem qualquer conhecimento e 50% (cinquenta por cento) tem pouco conhecimento sobre o tema abordado, totalizando de 85% (oitenta e cinco por cento) da amostra considerada pela pesquisa.

Quando o tema é esclarecido aos entrevistados, observa-se uma inversão, em que 60% (sessenta por cento) entendem ser viável o cumprimento em suas propriedades, no entanto os mesmos deixam claro, que isso somente será possível se houver um bom assessoramento, por outro lado 33% dos entrevistados responderam que acham inviável.

Tabela 2 – Conhecimento e aplicabilidade das obrigações legais da responsabilidade social

Responsabilidade Social	
Conhece as obrigações legais sobre a responsabilidade social voltadas para a atividade produtiva que exerce	
Não tenho conhecimento algum	35%
Tenho poucos conhecimentos	50%
Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho	15%
Ao conhecer as obrigações legais sobre a responsabilidade social acha que é:	
Viável cumpri-las em sua propriedade	60%
Inviável de cumprir na propriedade	33%
Cumpre a maioria das normas e obrigações legais	05%
Tem as normas e obrigações legais como prioridade	02%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Entretanto, na maioria das respostas foi possível identificar, que os entrevistados ainda não têm a real dimensão dos seus compromissos com o tema e indiretamente sua responsabilidade para com a sociedade.

Quando questionado sobre a necessidade de maior disseminação de informações sobre as práticas de responsabilidade social voltadas para as atividades produtivas, observou-se que mais de 90% (noventa por cento) dos entrevistados responderam ser importante não somente trazer esses esclarecimentos ao meio rural, mas também direcionar essas práticas através de informações claras e objetivas. Mais uma vez, os entrevistados demonstraram falta de entendimento sobre o tema abordado nesta pesquisa.

Contudo, ficou evidenciado por parte dos agricultores entrevistados o interesse pelo tema por ser algo novo e diferenciado, criando assim uma leve expectativa em saber quais são as vantagens e desvantagens propostas na responsabilidade social, para posteriormente ser objeto de análise por partes dos mesmos. Com isso, entende-se ser oportuno oferecer mais elementos aos agricultores para que possam de alguma maneira influenciar maior engajamento social com mais comprometimento.

Já quando questionados os entrevistados sobre programas de treinamentos voltados para conscientizar os seus empregados sobre a importância de desenvolver projetos de responsabilidade social, nas atividades produtivas, cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) informaram que oferecem algum treinamento e 55% (cinquenta e cinco por cento) responderam que não fazem nada a respeito. Entretanto, somente 22% (vinte e dois por cento), relataram que desenvolvem práticas de compras de materiais verdes ou com certificação para o uso nas atividades produtivas da propriedade.

Entretanto, quando questionados se há a conscientização por parte dos mesmos, com relação a áreas de preservação ambiental, tais como preservação de nascentes e áreas verde, e 100% dos entrevistados responderam que possuem essa conscientização, e que mantém preservados o percentual de reserva legal, assim como as nascentes quando encontradas são recuperadas e mantidas com vegetação e mata ciliar.

Assim, com relação ao conhecimento das ações da responsabilidade social (atualmente com informações fragmentadas), para que se possa efetivar será necessário o entendimento do compromisso de cada um para com a sociedade, expresso em atos e atitudes proativas coerentes com seu papel na sociedade e na prestação de contas para ela.

4.2.1 Entendimento dos pesquisados sobre relatório de responsabilidade social (balanço social)

Em relação ao entendimento da elaboração de um relatório que venha informar as ações sociais praticadas nas atividades produtivas, com relação aos agricultores é possível verificar que o desconhecimento sobre o tema é evidente.

Ao serem questionados se já ouviram falar na elaboração de um relatório, em que são atestadas as ações sociais praticadas em suas atividades produtivas, citando como exemplo o balanço social, 99% (noventa e nove por cento) informaram ser o primeiro contato com o tema, e 100% (cem por cento) que não publicam qualquer tipo de relatório ou documento similar que mostre o desempenho de suas ações sociais e ambientais (Tabela 3).

Tabela 3 – Conhecimento dos entrevistados sobre o balanço social ou relatório como atestado de responsabilidade social de suas atividades produtivas

Já ouviu falar em Balanço Social	
É o primeiro contato que tenho com esse tema	99%
Tenho poucos conhecimentos	00%
Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho	01%
A empresa apresenta relatório de responsabilidade social	
Publica o balanço social segundo as diretrizes e modelos existentes	00%
Publica e utiliza metodologia própria	00%
Não publica balanço social nem outro tipo de relatório	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Ainda, quando questionados se as Instituições Bancárias solicitarem comprovações de caráter social e ambiental praticadas nas atividades produtivas que exercem, para a concessão empréstimos, foi possível observar que 87% (oitenta e sete por cento) não sabem como comprovar as ações de responsabilidade social e 13% (treze por cento) responderam que as únicas informações fornecidas são as que os profissionais utilizam para fazer os projetos de financiamentos (Tabela 4).

Tabela 4 – Comprovação de relatório sobre responsabilidade social das atividades produtivas

Se a Instituição Bancária solicitar comprovações de caráter social e ambiental praticadas na sua empresa rural (produtividade) para a liberação de empréstimos	
Tem como comprovar	13%
Não tem como comprovar	87%
Se sua empresa rural precisar de documentos que atestem ações de responsabilidade social, tens como fornecer esse atestado	
Tem como fornecer	08%
Não tem como fornecer	92%
Caso não tenha como fornecer o atestado de Responsabilidade Social ao solicitante, tens como elaborar esse documento	
Tem como elaborar	13%
Não tem como elaborar	87%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Com isso, verifica-se que os entrevistados estão pouco ou nada preparados para comprovar as suas poucas ações de responsabilidade social, mesmo sendo uma preocupação pertinente. Segundo a Comissão de Estudos do CRC/RS (2009), algumas instituições bancárias já estão condicionando a concessão de empréstimos à apresentação, pela empresa, de relatórios de investimento social e ambiental, assim como o Banco de Desenvolvimento – BNDES utiliza critérios de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, na avaliação dos projetos de concessão de empréstimos.

4.2.2 Direcionamentos e entendimentos sobre a responsabilidade social nas atividades produtivas

Após entrevistar os agricultores, foi possível observar que há um desconhecimento por partes dos mesmos sobre responsabilidade social e a elaboração de relatórios sociais, que atestem ações nas atividades produtivas que exercem.

Essa compreensão mostrou que os agricultores rurais necessitam orientações de como proceder, em que cada vez mais as barreiras tarifárias impostas nas atividades produtivas do agronegócio estão sendo disseminadas, tais como a rastreabilidade dos produtos, a comprovação da responsabilidade social, assim como as linhas de crédito e alguns segmentos do mercado vem exigindo que os agricultores rurais estejam adequados as normas ambientais e sociais.

Já em relação aos dados obtidos através da pesquisa com os profissionais que prestam assessoramento aos agricultores rurais, foi possível observar que em relação ao conhecimento da responsabilidade social nas atividades produtivas, 40% (quarenta por cento) declararam ter algum conhecimento e 50% (cinquenta por cento) estão ampliando os conhecimentos que possuem, o que demonstra que 90% (noventa por cento) tem algum entendimento sobre o tema estudado.

Por outro lado, quando questionados se as instituições bancárias ou empresas do ramo, solicitarem um relatório (balanço Social) ou documento que atestem as ações de responsabilidade social, os dados apontam que 60% (sessenta por cento) possuem algum conhecimento ou estão se aperfeiçoando em como elaborar relatórios, mas 40% (quarenta por cento) informaram que não possuem qualquer conhecimento ou sequer tem ciência de como elaborar documentos que atendem a responsabilidade social nas atividades primárias exercidas nas propriedades rurais do município estudado.

Contudo, esses mesmos profissionais participantes da pesquisa, ao serem questionados

sobre o quanto conhecem das obrigações legais sobre o tema responsabilidade social voltadas para a atividade produtiva, 70% (setenta por cento) demonstraram possuir um bom entendimento, e procuram aprimorar esses conhecimentos sempre que podem. E, se entendem ser viável aplicar essas obrigações nas propriedades que prestam assessoramento, os mesmos concordam que aos poucos é possível de se cumprir. Entretanto, quando esses mesmos dados são confrontados com as informações sobre o conhecimento que os agricultores rurais pesquisados possuem sobre esses temas, resta evidenciado que as informações estão sendo pouco difundidas.

Nesse sentido, para que os agricultores rurais tenham a noção que devem dispor de obrigações com a responsabilidade social, necessitarão ter uma atuação de forma ética, além de compreenderem a lidar com os seus impactos sociais, significando uma consideração cuidadosa dos direitos da sociedade em que também são parte integrante.

Por outro lado, ao analisar a literatura verifica-se que também é possível gerenciar as atividades produtivas de uma empresa, valendo-se da ótica da Teoria da Legitimidade, que vem como base para a elaboração de um relatório social voltado para as demandas primárias do agronegócio, onde possa vir a contribuir com os agricultores no sentido de validarem as ações que vierem a adotar nas atividades produtivas por eles praticadas.

Para Eugénio (2010), a ótica da teoria da legitimidade é a que melhor proporciona os fundamentos do porquê e como os gestores podem legitimar as atividades de suas empresas com a sociedade, na perspectiva de beneficiar, orientar e divulgar as ações de natureza ambiental e social.

5 CONCLUSÃO

Após o término deste trabalho, algumas conclusões importantes chamam a atenção a principal delas é que esta pesquisa começa uma longa caminhada, em que todos os objetivos foram alcançados, tanto o objetivo geral como os específicos. A análise dos dados possibilitou compreender que apesar do desconhecimento sobre responsabilidade social e sua abrangência por parte da maioria dos entrevistados, e que tem o interesse em obter maiores informações.

Não obstante, foi possível comprovar que o desconhecimento do tema, ora pesquisado, abrange não somente o pequeno, como também o médio e o grande agricultor. Essa conclusão ficou evidenciada, no momento em que as entrevistas foram sendo aplicadas, constatando-se que não há distinção no conhecimento da responsabilidade social e na elaboração de relatórios sociais entre o tamanho das propriedades dos pesquisados.

Todavia, a definição destes grupos foi determinante para avaliar a compreensão dos mesmos, a partir do momento em que os entrevistados começaram a apresentar características similares sobre o tema abordado.

Logo, os entrevistados, para que se possa aplicar algo novo em suas propriedades, precisarão entender mais sobre o tema pesquisado, e assim possibilitar que vislumbrem um programa ou uma proposta de responsabilidade como algo possível e benéfico as suas atividades. Trata-se de um tema novo, que, por outro lado contribuir com ações de responsabilidade social, quando as empresas ou os empresários o fazem de forma voluntária, visando beneficiar o meio ambiente e a sociedade em seu entorno.

Para auxiliar a caracterização do conhecimento que os participantes da pesquisa possuem sobre a responsabilidade social e a atividade produtiva que exercem, o grau de dependência deles em relação aos serviços de assessoramento prestados por especialistas, na área técnica ou financeira, é necessária, para que um segmento contribua com o outro na integração das informações.

Entretanto, buscar o entendimento da responsabilidade social diretamente na atividade produtiva, e fazer com que os agricultores desenvolvam uma visão do todo, em que produzir alimentos aliando produção a responsabilidade, tanto com o meio ambiente quanto com a sociedade em que estão inseridos, é o começo para tomar decisões pertinentes em relação ao tema.

Assim, este estudo demonstrou que os empresários rurais possuem um desconhecimento sobre a responsabilidade social e a elaboração de relatórios informando as ações desenvolvidas nas atividades produtivas.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A elaboração de um modelo de relatório específico para as atividades produtivas exercidas nas atividades primárias, tais como o preparo e manejo do solo, plantação, irrigação, colheita, criação e armazenamento, estão diretamente ligadas entre o agricultor e a função desse segmento.

Sugere-se também que esse relatório possa ser um modelo de balanço social, por esse ser um conjunto de informações que demonstram as atividades de uma empresa/organização com a sociedade que está relacionada, bem como objetiva a divulgação de sua gestão socioeconômico apresentando o resultado de sua responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 16001.

Responsabilidade social – Sistema da Gestão. 2004.

ALBUQUERQUE, J. L. Organizador. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALBUQUERQUE, J. L. Organizador. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do Agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, G. S. C. Medindo o crescimento do agronegócio: bonança externa e preços relativos. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016. p. 219-249.

BORGES, F. G. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial. **Instituto Ethos**. 2013. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.W92lpNVKjIV>>. Acesso em: 03 nov 2018.

CARROLL, A. B. Responsabilidade social corporativa: a peça central de estruturas competitivas e complementares. **Revista Elsevier**, (2015), 87-96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002>>. Acesso em: 31 jul 2019.

CALLADO, A. L. C.; FENSTERSEIFER, J. E. Indicadores de Sustentabilidade. p. 213-234. In: ALBUQUERQUE, J. L. Organizador. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política**. v. 30 n. 3, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 out 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"**–ESALQ Índices Exportação do Agronegócio. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_ExportAgro__2017_\(2\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_ExportAgro__2017_(2).pdf)>. Acesso em: 28 jul 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"**–ESALQ. PIB do Agronegócio BRASIL, 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_D EZEMBRO_CNA.pdf>. Acesso em: 28 jul 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RS – CRC/RS. **Demonstração da Responsabilidade Social**. Comissão de Estudos de Responsabilidade Social. Porto Alegre: 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 5 ed. São Paulo: Manole, 2014.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro verde da responsabilidade social das empresas**. Bruxelas, 2001. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 19 out 2018.

DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. 1957. **A Concept of Agribusiness**. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston, Harvard University, 136.

DINIZ E. M.; BERMANN C. Economia verde e sustentabilidade. **Estudos Avançados**. v. 26 n.74. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100024>>. Acesso em: 16 set 2018.

EUGÊNIO, T. Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**. Blumenau. 2010. v.6 n.1, p.102-118. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 03 ago 2019.

FARIA, M. J. S. The report of financial information for social responsibility as a contribution to the performance of portuguese companies. **Gestão Produção**. São Carlos. 2018. Disponível em: <doi.org/10.1590/0104-530X3342-18>. Acesso em: 26 ago 2018.

FLORES, A. J. **A Matriz Produtiva Agrícola de um Município: O caso de Frederico Westphalen/RS**. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

HUSTED, B. W. Governance Choices for Corporate Social Responsibility: to Contribute, Collaborate or Internalize. **Elsevier**. 2003. v. 36 p. 481-498. Disponível em: <[doi.org/10.1016/S0024-6301\(03\)00115-8](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(03)00115-8)>. Acesso em: 31 ago 2018.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 10 mai 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICOS - IBASE. **Balanço social, dez anos: o desafio da transparência**. Ciro Torres (coordenação). Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/Balanco-Social_O-desafio-da-transpar%C3%A2ncia_2008%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Balanco-Social_O-desafio-da-transpar%C3%A2ncia_2008%20(4).pdf)>. Acesso em: 12 set 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICOS - IBASE. **Balanço social**. 2018. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/balanco-social/>>. Acesso em: 15 out 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 out 2018.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 30 mai 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/ccir-ccir>>. Acesso em: 21 out 2018.

IPIRANGA, A. S. R.; GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J. Introdução. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo. 2011. v. 12, n. 3, p. 13-20. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300002>>. Acesso em: 16 set 2018.

JAMANDRE, E. W. **Agronegócio**: uma perspectiva. Departamento de Gestão de Agronegócios. **Central Luzon State**. 2013. p. 08-26.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília. 2004. v. 21, n. 3, p. 379-408. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>>. Acesso em: 22 out 2018.

KARKOTLI, G. R. **Importância da Responsabilidade Social para Implementação do Marketing Social nas Organizações**. 2002. 98f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis. 2002.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade Social**: uma estratégia empreendedora. 2004. 216f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), UFSC, Florianópolis. 2004.

KARKOTLI, G. R.; FERREIRA, E.; SOUZA, M. J. B. Responsabilidade social: uma estratégia empreendedora para a pequena empresa In: EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p.885-895. Disponível em: <[http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/curitiba/\[75\].pdf](http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/curitiba/[75].pdf)>. Acesso em: 11 nov 2018.

KOCHHANN, S. C. et al. Gestão ambiental e responsabilidade social: Uma perspectiva das ações sustentáveis praticadas por uma empresa do ramo de agronegócios. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria. 2016. v. 20, n. 1, p. 50-61. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/viewFile/19716/pdf>>. Acesso em: 31 ago 2018.

KÜHNEN, M.; HAHN, R. **Determinants of sustainability reporting**: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of Research. 2013. **Elsevier**. v. 59 p. 5-21. Disponível em: <<https://www-sciencedirect.ez47.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652613004654?via%3Dihub>>. Acesso em: 14 set 2018.

LAGIOIA, U. C. T.; LIRA, Z. B. **Balanco Social**. p. 152-173. In: ALBUQUERQUE, J. L. Organizador. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

LÁZARO, B. L. L.; GREMAUD, A. P. A responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na América Latina: Brasil e México. 2016. **Revista de Administração UFSM**. v.9 n.1, p. 138-155. Disponível em: <DOI: 10.5902/19834659 12279>. Acesso em: 27 ago 2018.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. 2006. **Geosul Florianópolis**. v. 21, n. 41, p 87-105.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 16 set 2018.

PINTO, R. J. et al. Responsabilidade Social e Sustentabilidade no Agronegócio da Manga do Submédio do Vale do São Francisco. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Maringá. 2017. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2017v10nEd.esp.p155-176>>. Acesso em: 28 ago 2018.

RAMOS, J. R. N. S.; SANTOS, F. S.; ALMEIDA NETO, P. P. Limitações na Responsabilidade Socioambiental no Agronegócio do Oeste Baiano. *Journal of Environmental Management and Sustainability*. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. v. 4, n. 1. 2015. Disponível em: <DOI: [10.5585/geas.v4i1.233](https://doi.org/10.5585/geas.v4i1.233)>. Acesso em: 30 ago 2018.

RICO, E. M. **A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável**. **São Paulo em Perspectiva**. v.18 n.4. p.73-82. São Paulo. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000400009>>. Acesso em: 03 nov 2018.

RIBEIRO, J. A.; VEIGA, R. T. Proposição de uma escala de consumo sustentável. **Revista de Administração da USP**. São Paulo. v.46, n.1, p. 45-60. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2234/223418642004.pdf>>. Acesso em: 20 set 2018.

SERIGATI, F.; POSSAMAI, R. Ciclos de Kondratieff e o agronegócio brasileiro: A importância da conjuntura externa para o crescimento do setor entre 2000 e 2015. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília. 2016. p. 251-278.

SMITH, N. C. Corporate Social Responsibility: Not Whether, But How? Revisão de gerenciamento da Califórnia. v.45, n. 4, p. 52-76. **California Management Review**. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/41166188>>. Acesso em: 31 ago 2018.

STIGLITZ-SEN-FITOUSSI. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>>. Acesso em: 14 set 2018.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. São Paulo: Editora Atlas. 2002.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social: balanço da transparência corporativa e da concertação social**. **Revista brasileira de contabilidade**. 2002. n 135. p. 57-73. Disponível em: <<http://www.rbcdigital.org.br/index.php/rbc/article/view/423/215>>. Acesso em: 17 set 2018.

VEIGA, J. E. Indicadores de Sustentabilidade. **Estudos Avançados**. p. 24-68, 2010. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/category/periodicos-cientificos>>. Acesso em: 14 set 2018.

VERDOLIN, D. R.; ALVES, A. F. Responsabilidade Social: perspectivas para o Agronegócio. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, v. 7, n. 1, p. 103-113. 2005. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/213/210>>. Acesso em: 16 set 2018.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estrutura de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/63200715534_.pdf>. Acesso em: 26 jul 2018.

ZYLBERSZTAJN, D. Administração de sistemas de base agrícola: análise de fatores críticos. *Revista Administração*. São Paulo. v.48 n.2. 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5700/rausp1082>>. Acesso em: 31 jul 2018.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. Capítulo 1. p. 01-21. 2000. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Organizadores). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. PENZA/USP 10 anos. Ed. Pioneira: Thomson Learning.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS.

Data/...../..... Município: Localidade:

Informações do produtor:

Nome:

Idade: Estado Civil: Escolaridade:

Possui Filhos: () Sim

() Não

Proprietário (a): () Sim () Não

Gerente/Administrador (a): () Sim () Não

Informações da propriedade:

Tamanho da Propriedade:

() Até 100 hectares

() Entre 100 a 200 hectares

() Entre 200 a 300 hectares

() Entre 300 a 400 hectares

() Acima de 400 hectares – Quantos:

Dentre as atividades a seguir enumere as que possuem relação com a geração de renda na propriedade.

() Grãos; Quais:

() Suinocultura

() Bovinocultura de Leite

() Bovinocultura de Corte

() Avicultura

() Aquicultura

() Horticultura

() Fruticultura

() Outros

Existem outras fontes de renda, que não sejam da propriedade?

() Sim – Quais:

() Não

Mão de obra existente na propriedade:

- () Só Familiar (pais e filhos)
- () Apenas os pais (filhos já não moram mais na propriedade ou trabalham fora)
- () Família e empregados – Quantos?
- () Só empregados – Quantos?
- () Outras situação; Explique:
-

Informações sobre as práticas de atividades voltadas para a Responsabilidade Social:

Considerando que, agir com responsabilidade social é quando a empresa faz a opção voluntária de contribuir para uma sociedade mais justa e com a preservação do meio ambiente. Cabe ressaltar que é uma prática voluntária pois não deve ser confundida com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo). E, a responsabilidade social ainda é um conceito novo que gradativamente vem ganhando novos adeptos no mundo empresarial, é uma nova consciência ética que as empresas estão sendo levadas a assumir, por opção ou por exigências do mercado global onde o foco é o capital humano e os recursos naturais utilizados na exploração no processo de produção.

Diante dessas informações, já ouviu falar em Responsabilidade Social?

- () É o primeiro contato que tenho com esse tema.
- () Tenho poucos conhecimentos.
- () Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

Conhece as obrigações legais sobre a responsabilidade social voltadas para a atividade produtiva que exerce?

- () Não tenho conhecimento algum.
- () Tenho poucos conhecimentos.
- () Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

Caso conheça as obrigações legais sobre a responsabilidade social acha:

- () Viável cumpri-las em sua propriedade.
- () Inviável de cumprir na propriedade.
- () Cumpre a maioria das normas e obrigações legais.
- () Tem as normas e obrigações legais como prioridade.

Acredita ser necessária uma maior disseminação de informações sobre as práticas de responsabilidade social voltadas para o manejo da atividade produtiva?

Sim

Não – Por quê?

.....

Sobre o meio ambiente?

Dificilmente penso sobre isso.

Preocupo-me com isso, mas tenho feito pouco.

Procuo respeitar o meio ambiente e incentivar outros a fazerem o mesmo.

Já tentou reduzir os impactos ambientais da sua empresa (propriedade) através de minimização e reciclagem de resíduos; redução da poluição e redução no consumo de energia.

Sim

Não – Por quê?

.....

Desenvolve práticas de compras de materiais verdes ou com certificação para o uso nas atividades produtivas da propriedade?

Sim – Quais?

Não – Por quê?

.....

Desenvolve programas de treinamentos voltados para a conscientização dos seus colaboradores sobre a importância do desenvolvimento de projetos de Responsabilidade Social?

Sim – Quais?

Não

Mantém área de preservação ambiental?

Sim – Quantos (hectares)

Não – Por quê?

.....

Preserva áreas com nascentes?

() Sim – Quantos (hectares)

() Não – Por quê?

.....

Informações sobre Balanço Social:

Considerando que o balanço social é proveniente de exigências da sociedade junto as empresas, na busca de uma maior transparência de suas atividades e relações com a responsabilidade social. Em virtude dessas exigências que surgiu do balanço social como uma ferramenta que melhor define as ações de responsabilidade social das empresas. E, uma das contribuições que o balanço social trás para as atividades produtivas é pela influência internacional nas atividades comerciais, que através de suas políticas internas exigem das empresas brasileiras a conformidade com as questões ambientais e sociais.

Diante dessas informações já ouviu falar em Balanço Social?

() É o primeiro contato que tenho com esse tema.

() Tenho poucos conhecimentos.

() Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

A empresa apresenta relatório de responsabilidade social, balanço social ou documento similar para divulgar seu desempenho social e ambiental?

() Sim, publica o balanço social segundo as diretrizes/modelos existentes.

() Sim, publica e utiliza metodologia própria.

() Não publica balanço social nem outro tipo de relatório, mas pretende publicar.

Se sua Instituição Bancária solicitar comprovações de caráter social e ambiental praticadas na sua empresa rural (produtividade) para a concessão de empréstimos, há como fornecer as informações solicitadas?

() Sim – Quais:

.....

() Não – Por quê?

.....

Se sua empresa rural precisar de documentos que atestem ações de responsabilidade social, tens como fornecer esse atestado para o solicitante.

() Sim – Quais:

.....

() Não – Por quê?

.....

Caso não tenha como fornecer o atestado de Responsabilidade Social ao solicitante, tens como elaborar esse documento.

() Sim – Quais:

.....

() Não – Por quê?

.....

Caso tenha a possibilidade de conhecer melhor os benefícios que o relatório de responsabilidade social (Balanço Social) possa trazer para a administração de sua empresa (propriedade), teria interesse em implementá-lo?

() Sim

() Não – Por quê?

.....

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS.

Data/...../..... Município:

Informações gerais:

Nome:

Idade: Estado Civil: Escolaridade:

Profissão:

Informações sobre as práticas de atividades voltadas para a Responsabilidade Social:

Considerando que, agir com responsabilidade social é quando a empresa faz a opção voluntária de contribuir para uma sociedade mais justa e com a preservação do meio ambiente. Cabe ressaltar que é uma prática voluntária pois não deve ser confundida com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por

exemplo). E, a responsabilidade social ainda é um conceito novo que gradativamente vem ganhando novos adeptos no mundo empresarial, é uma nova consciência ética que as empresas estão sendo levadas a assumir, por opção ou por exigências do mercado global onde o foco é o capital humano e os recursos naturais utilizados na exploração no processo de produção.

Diante dessas informações, já ouviu falar em Responsabilidade Social?

- É o primeiro contato que tenho com esse tema.
- Tenho poucos conhecimentos.
- Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

Conhece as obrigações legais sobre a responsabilidade social voltadas para a atividade produtiva?

- Não tenho conhecimento algum.
- Tenho poucos conhecimentos.
- Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

Caso conheça as obrigações legais sobre a responsabilidade social acha:

- Viável cumpri-las nas propriedades.
- Inviável de cumprir nas propriedades.

Acredita ser necessária uma maior disseminação de informações sobre as práticas de responsabilidade social voltadas para o manejo da atividade produtiva?

- Sim
 - Não – Por quê?
-

Informações sobre Balanço Social:

Considerando que o balanço social é proveniente de exigências da sociedade junto as empresas, na busca de uma maior transparência de suas atividades e relações com a responsabilidade social. Em virtude dessas exigências que surgiu do balanço social como uma ferramenta que melhor define as ações de responsabilidade social das empresas. E, uma das contribuições que o balanço social trás para as atividades produtivas é pela influência internacional nas atividades comerciais, que através de suas políticas internas exigem das empresas brasileiras a conformidade com as questões ambientais e sociais.

Diante dessas informações já ouviu falar em Balanço Social?

- () É o primeiro contato que tenho com esse tema.
- () Tenho poucos conhecimentos.
- () Estou buscando ampliar os conhecimentos que tenho.

As empresas que prestam assessoramento, apresentam relatório de responsabilidade social, balanço social ou documento similar para divulgar seu desempenho social e ambiental?

- () Sim, publica o balanço social segundo as diretrizes/modelos existentes.
- () Sim, publica e utiliza metodologia própria.
- () Não publica balanço social nem outro tipo de relatório, mas pretende publicar.

Se as Instituições Bancárias que prestam serviços para as empresas rurais que estão sob sua responsabilidade, solicitarem comprovações de caráter social e ambiental para a concessão de empréstimos e/ou financiamento por exemplo, há como atestar a prática de responsabilidade social praticada pelas mesmas?

- () Sim – Quais:
-
- () Não – Por quê?
-

Se as empresas que prestam serviços e/ou compram e vendem insumos para as empresas rurais que estão sob sua responsabilidade, solicitarem comprovações de caráter social e ambiental, há como atestar a prática de responsabilidade social praticada pelas mesmas?

- () Sim – Quais:
-
- () Não – Por quê?
-

Caso não tenha como fornecer o atestado de Responsabilidade Social ao solicitante, tens como elaborar esse documento.

- () Sim – Quais:
-
- () Não – Por quê?
-

Caso tenha a possibilidade de conhecer melhor os benefícios que o relatório de responsabilidade social (Balanço Social) possa trazer para a administração de empresas (propriedade), teria interesse em implementá-lo e sugerir aos seus clientes?

() Sim

() Não – Por quê?

.....